

O mundo em marcha A Revolução Industrial

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- Compreender as mudanças no mundo do trabalho que caracterizam a modernidade.
- Analisar a historiografia sobre o mundo do trabalho.

ROTEIRO DE ESTUDOS

- SEÇÃO 1 - Trabalho e sociedade
- SEÇÃO 2 - Trabalho na Idade Média
- SEÇÃO 3 - O nascimento das fábricas

UNIDADE II

PARA INÍCIO DE CONVERSA

A Revolução Industrial foi uma espécie de acontecimento de longo prazo, apesar do nome. Ela não foi repentina, ao menos do ponto de vista da curta duração. Podemos dizer que foi um processo que ainda está acontecendo e tem quase quinhentos anos. Ou seja, o fenômeno envolve todo o período da História Moderna e Contemporânea, por isso é melhor compreendê-lo como um longo processo, quer dizer, trata-se de uma Revolução que transformou o planeta que deixou de ser essencialmente agrário para, nos nossos dias, ser predominantemente industrial. Porém, cabe aqui uma questão: como a Revolução Industrial foi possível?

Grande parte da historiografia aborda esse processo do mesmo modo que a Revolução Francesa, quer dizer, como se fosse um processo natural de transformação da sociedade. A humanidade teria como pano de fundo o progresso, determinando em última instância o próprio dever. Os seres humanos progrediriam e, conseqüentemente, tudo que os cerca também passaria pelo mesmo processo. Afinal, fatos não comprovariam o progresso humano?

No entanto, se formos mais atentos com relação a essa ideia, como aquela de ciência e de evolução, perceberemos que são noções recentes na história humana e não estão gravadas no processo histórico. Alguém poderia objetar que essas noções são recentes porque somente nos últimos séculos os homens puderam percebê-las.

Poderíamos mudar a questão: não teria sido nos dois últimos séculos que os homens “inventaram” essas noções? Para acreditar que os homens eram inconscientes dessas noções, ou que não tinham capacidade para apreendê-las, é preciso considerar que todas as civilizações anteriores à nossa, inclusive aquela considerada o berço da nossa, a grega, foram incapazes de descobrir que o nosso dever está fadado ao progresso, ou ainda, vinculado a um Telos.

Se mudarmos o foco da questão, podemos perceber que a nossa sociedade criou noções distintas das sociedades anteriores. A própria ciência é completamente diferente daquela produzida no período medieval ou no início do período moderno, como veremos.

Não havia uma incapacidade das sociedades anteriores a nossa, ou outras civilizações, com relação a essas noções (outras também). A questão

é que isso não era um problema para elas. Se não era um problema, então não haveria por que pensar nelas, ou melhor, isso não faria parte do universo mental delas. A evolução, por exemplo, nunca foi uma questão para os gregos, romanos, egípcios, etc.

No entanto, naturalizamos as ações humanas e, de modo comum, levamos para o passado as nossas próprias crenças, imaginando-as perenes ou transcendentais. Dessa forma, colocamos as sociedades anteriores a nossa na mesma escala. Porém, se hoje é comum estabelecer a diferença entre as sociedades existentes, por exemplo, a nossa e a dos Inuit (povos do norte do Canadá e Ártico), por que não fazer o mesmo com relação ao passado? Ele é a nossa diferença. Crenças, costumes, cultura, religião, enfim, todos os aspectos da vida são pensados e vividos de outra maneira. Logo, dizer que os gregos, romanos, homens do medievo europeu e as culturas ocidentais hoje fazem parte da mesma história é desconsiderar a diferença.

Essas outras sociedades no tempo eram diferentes não por falta (faltaria-lhes a ideia de progresso, de evolução, de ciência, etc.; ou, ainda, essas noções estariam em estado latente, dependendo da descoberta feita por algum homem de gênio), mas por não pertencerem à mesma lógica que a nossa, isto é, simplesmente não tinham a mesma mentalidade. Portanto, colocá-las na mesma ordem de acontecimentos que as ligaria a nós mesmos é um equívoco, um anacronismo, pois não as consideramos apartadas de nós pelas suas práticas e crenças sociais, mas somente distantes temporalmente.

Esse tipo de raciocínio de muitos historiadores acaba nos convencendo de que a História não passa de uma única e mesma narrativa, pois os povos que eram diferentes no passado, somente o eram por falta. A partir do momento em que tomassem contato com as recentes descobertas as adotariam e se integrariam novamente naquilo que podemos chamar de *continuum*. Todos os povos que existiram, todas as civilizações, todos os seres humanos teriam, no fim das contas, o mesmo destino. Assim:

A história contínua é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia – sob a forma da consciência histórica – se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada. Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer a consciência humana o sujeito originário de todo o devir e de toda prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização, onde as revoluções jamais passam de tomadas de consciência. (FOUCAULT, 1987, pp. 14 e 15).

É justamente a ideia de sujeito depositário da narrativa universal que alimenta a historiografia sobre a Revolução Industrial. Esse processo é tomado, em primeiro lugar, como “natural”, quer dizer, aconteceria fatalmente; e, em segundo lugar, como uma etapa em direção a um Telos. Isso quer dizer que ele é natural porque atende à necessidade de uma finalidade última no devir histórico, de que não poderemos nos furtar. Além disso, teríamos, finalmente, a reconstituição da consciência do sujeito histórico pelo retorno, na forma de narrativa, de tudo o que a humanidade viveu.

Tal proposição, além de não factível, é apenas uma ideia de história que surge em finais do século XVIII e se torna vitoriosa durante o século XIX. Quer dizer, a história como devir é recente, mas funciona muito bem, tanto que nos acostumamos a pensar dessa forma. É por isso que a Revolução Industrial, antes de ser algo inédito, é outra prática em relação ao trabalho: seria a continuidade do que se anuncia desde a pré-história – a evolução do mundo do trabalho.

Nessa forma de pensar, considera-se o labor humano como algo totalmente natural. Afinal, os animais não têm de providenciar sua alimentação, abrigo das intempéries, proteção etc.? Assim seria o ser humano. Ora, o que não se leva em consideração é que não vivemos há muito tempo na natureza, ou melhor, vivemos à parte da natureza, portanto o universo do trabalho não se funda mais sobre a vida natural. Este é o ponto de partida desta unidade: a organização fabril não é uma evolução do trabalho manual, que, por sua vez, seria uma evolução do trabalho natural. Ela é uma “invenção”, ou melhor, uma “fabricação”. É uma invenção humana e nada tem a ver com a evolução da espécie.

SEÇÃO 1

TRABALHO E SOCIEDADE*

A partir da discussão acima, a primeira questão que se coloca é sobre a própria noção de trabalho. Como a adquirimos? Ou melhor, como a fabricamos? A

* Este texto foi publicado inicialmente no livro *História e prática: a pesquisa em sala de aula*, de André Luiz Joasilho (Campinas: Mercado de Letras, 1996).

nossa sociedade desenvolveu uma relação bem particular com esse universo, muito diferente daquelas que nos precederam ou até mesmo de sociedades no presente. Sem essa relação, a Revolução Industrial não teria sido possível.

Começemos pela etimologia da palavra. Labor origina-se do latim *laboris*, e significa dor ou fadiga na realização de um trabalho (*Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, 1986). Consultando o *Dicionário Escolar Latino Português* (1991), podemos ver que no latim clássico essa palavra tem o significado de fadiga, esforço e, no sentido figurado, de doença, desventura, infelicidade. Já o verbo trabalhar vem da palavra *tripaliare* – torturar – que, por sua vez, vem de *tripalium*, significando um instrumento de tortura (*Dicionário Etimológico Nova Fronteira*, 1986); portanto, originalmente a palavra trabalho estava associada à tortura.

Uma simples consulta em dicionários disponíveis nos mostra a origem das palavras e o seu emprego no latim de Cícero. Entretanto, hoje, temos os dois termos em alta conta. Definimos o próprio ser a partir deles. O homem é um animal que labora. Situamo-nos de acordo com a nossa profissão, e sempre procuramos dignificar a condição do trabalhador. Ditos, hoje populares, atestam essa condição: “Deus ajuda quem cedo madruga”, “o trabalho enobrece”, e assim por diante.

Percebemos hoje que as palavras labor e trabalho se tornaram sinônimas, expressando uma condição do ser humano, e praticamente podemos estipular a condição de alguém somente através da sua atividade (médico, engenheiro, professor, operário) e não pela sua condição social, sexual ou moral. Mesmo se alguém é idoso, o localizamos socialmente pela sua condição de aposentado.

De modo algum os termos abordados significam para nós dor ou sofrimento, muito pelo contrário. Aparecem como finalidade da vida e realização pessoal. Hoje têm valor superior na nossa sociedade, condição para que o ser se integre socialmente, isto é, não importa o que ele faça, desde que faça algo e que seja lícito, pelo menos nos nossos padrões morais.

Entretanto, cabe fazer uma distinção entre esses termos. Hannah Arendt, na sua obra *A condição humana* (1983), nos dá uma definição mais precisa:

O labor é a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio têm a ver com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. A condição humana do labor é a própria vida.

O trabalho é a atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último. O trabalho produz um mundo ‘artificial’ de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural (...) A condição humana do trabalho é a mundanidade. (ARENDR, 1983, p. 15).

Através das definições fornecidas pela autora, podemos compreender que a ideia de labor liga-se diretamente às necessidades vitais, ou seja, laborar significa suprir a nossa necessidade de sobrevivência. Já o trabalho ultrapassa essa condição, estabelecendo um mundo à parte da própria natureza para a existência humana. Enquanto a palavra labor designa o próprio ato, a palavra trabalho pode ser aplicada para o resultado do labor (ARENDDT, 1983, p. 91). Daí a autora ligar a ideia de labor ao conceito clássico de *animal laborans* (animal que labora), enquanto o trabalho liga-se ao de *homo faber* (homem que fabrica).

Essa distinção é fundamental para compreender a ideia contemporânea de trabalho em comparação com a Antiguidade Clássica. Dessa forma, todas as atividades ligadas à ideia de labor eram vistas como necessárias para a manutenção da vida (ARENDDT, 1983, p. 94), o que implicava a escravização do ser, pois para a manutenção da vida era necessário laborar, isto é, ter de se fatigar para se alimentar, se proteger, se vestir etc. O ser submetido às necessidades vitais era um ser escravizado, mesmo porque estava indissolivelmente preso às paixões que governam a vida, ou ainda, aos instintos. Logo:

Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana. Pelo fato de serem sujeitos às necessidades da vida, os homens só podiam conquistar a liberdade subjugando outros que eles, à força, submetiam à necessidade. A degradação do escravo era um rude golpe do destino, um fato pior que a morte, por implicar a transformação do homem em algo semelhante a um animal doméstico. (ARENDDT, 1983, p. 94).

Desse ponto de vista, podemos concluir que "a instituição da escravidão na Antiguidade não foi uma forma de obter mão de obra barata nem instrumento de exploração para fins de lucro, mas sim a tentativa de excluir o labor das condições da vida humana" (ARENDDT, 1983, p. 95).

A ideia de a palavra labor estar ligada ao reino da necessidade aparece em Hesíodo (*Os trabalhos e os dias*). Além de ser a punição imposta aos homens pelo fato de terem recebido o fogo roubado por Prometeu, essa ideia origina-se da Caixa de Pandora, de onde, aliás, provêm todos os males.



Figura 05 - Criança operária. 1918. Corbis, *The New York Times* photo archive.

Essa mesma ideia aparece na tradição judaica. No Gênese, quando Adão experimenta do fruto proibido e confessa isso a Deus, é punido:

porque ouviste a voz de tua mulher e comeste do fruto da árvore que eu havia proibido de comer, a terra será maldita por tua causa. Tirarás dela com trabalhos penosos o teu sustento todos os dias de tua vida. Ela te produzirá espinhos e abrolhos, e tu comerás a erva da terra. Comerás o teu pão com o suor do teu rosto, até que voltes à terra de que foste tirado; porque és pó, e em pó te hás de tornar. (Gênesis, 3, 17-19).

A condenação de Adão ultrapassa a perda da condição paradisíaca, ela se estende ao tempo que o homem viveria na terra. Isso torna todo e qualquer esforço para suprir necessidade a rememoração desse ato *ab origine*, isto é, do início dos tempos.

Através desses exemplos podemos perceber que, na Antiguidade, aquilo que chamamos de trabalho era uma atividade ligada à ideia de punição recebida pelo homem por alguma falta na sua relação com o mundo sobrenatural. Daí que o único modo de escapar a essa condição era a escravização de outros homens, a qual geralmente se dava fora do grupo dominante, isto é, os escravos eram obtidos graças a guerras ou dívidas não resgatadas. A lei mosaica, por exemplo, estabelece que “quando comprares um escravo hebreu, ele servirá seis anos; no sétimo sairá livre sem pagar nada” (Êxodo, 21, 1-2). Podemos ver que, no caso

dos israelenses, a escravidão podia ocorrer entre eles, mas o escravo israelita tinha privilégios em relação a escravos estrangeiros.

As leis mosaicas retratam bem as noções de punição recebida pelo homem. Para escapar a essa condição restava a escravização, o que livrava, pelo menos os dominantes, da situação de pecadores, ou do processo biológico de manutenção da vida.

Dessa forma, podemos notar que o trabalho escravo na Antiguidade está longe de se constituir como uma necessidade econômica dos dominantes. Muito pelo contrário, era uma imposição para se escapar do ciclo vital, da reposição das energias despendidas no dia-a-dia ou, como diríamos hoje, trabalhar para o funcionamento metabólico do organismo:

o desprezo pelo labor, originalmente resultante da acirrada luta do homem contra a necessidade e de uma impaciência não menos forte em relação a todo esforço que não deixasse qualquer vestígio, qualquer monumento, qualquer grande obra digna de ser lembrada, generalizou-se à medida que as exigências da vida na *polis* consumiam cada vez mais tempo dos cidadãos e com a ênfase em sua abstenção de qualquer atividade que não fosse política, até estender-se a tudo quanto exigisse esforço. (ARENDETT, 1983, p. 91).

Como foi visto, para os gregos, pelo menos, tudo o que o homem produz não deixa rastro e, se não deixa rastro, é desprezado. Assim, tudo o que se refere ao processo vital fica reservado para o espaço privado, já que não merece ascender ao espaço público. Tal prática se desenvolve junto com a *pólis*. Logo, se desenvolve no pensamento "político" grego a ideia de o mundo privado ser o mundo das paixões, ou o mundo do reino da necessidade. Afinal, os animais não lutam com todas as suas forças para manter a vida? O escravo, portanto, equivale ao animal doméstico por pertencer a esse mundo, pois preferiu a vida a continuar "humano". Ele renegou sua humanidade ao aceitar a escravidão.

O cidadão que no espaço público se relaciona igualmente com os outros, no espaço privado deve se tornar senhor, pois no mundo natural, ou no reino das necessidades, o mais forte domina. O espaço público aparece como contraponto ao espaço privado, pois o primeiro é o lugar da realização do ser enquanto humano, já o segundo é o lugar da sobrevivência do homem enquanto "animal". Dessa forma:

a vida 'boa', como Aristóteles qualificava a vida do cidadão, era, portanto, não apenas melhor, mais livre de cuidados ou mais nobre que a vida ordinária, mas possuía qualidade inteiramente diferente. Era 'boa' exatamente porque, tendo dominado as necessidades do mero viver, tendo-se libertado do labor e do trabalho, e tendo superado o anseio inato de sobrevivência comum a todas as criaturas vivas, deixava de ser limitada ao processo biológico da vida. (ARENDR, 1983, p. 46).

Porém, enquanto o labor repõe as energias despendidas, o trabalho tem o caráter de permanência. O produto do trabalho não visa ao processo biológico, e sim à constituição do mundo humano, pois esse produto não será consumido no processo metabólico: "No processo de fabricação (...) o fim é indubitável: ocorre quando algo inteiramente novo com suficiente durabilidade para permanecer no mundo como unidade independente é acrescentado ao artifício humano" (ARENDR, 1983, p. 156). Advém daí o motivo de, na Antiguidade Clássica, o artesão gozar de um *status* superior ao do escravo. Isso não quer dizer que o artífice pudesse ser alçado à condição de cidadão, mas mostra que o fato de o produto de seu trabalho ter durabilidade lhe dava melhores condições. Mesmo assim, a valorização do trabalho se dava conforme a sua distância do labor: ele podia ser mais, ou menos valorizado (ARENDR, 1983, p. 92).

Essa distinção entre labor e trabalho é importante quando nos reportamos à nossa sociedade, onde ela desapareceu, dando lugar a uma única noção: o trabalho dignifica. A condição atual ultrapassa a ideia de que trabalhar seria uma punição recebida pelo homem; muito pelo contrário, o não-trabalho é que marginaliza, coloca o ser como pária social, justamente o oposto do que os gregos achavam a respeito da atividade. Como foi possível o trabalho, ou melhor, o labor deixar a intimidade do espaço privado e adentrar no espaço público com tanta força? Como pôde se tornar uma das principais preocupações políticas dos governos e uma das principais preocupações cotidianas do ser humano?

SEÇÃO 2

TRABALHO NA IDADE MÉDIA

Para fazermos o contraponto com a nossa própria sociedade, você vai conhecer, nesta seção, as linhas gerais sobre o universo do trabalho no período medieval. A reflexão que se propõe, como foi dito no começo da unidade, é repensar a noção de trabalho como fundamento do ser. Dessa forma, poderemos verificar que essa noção não é natural. É um produto de forças sociais e em determinados períodos.

Durante o período medieval a noção de trabalho não gozou de melhores considerações do que na Antiguidade Clássica. Podemos imaginar o que os mais pobres achavam dele, enquanto a classe dominante o desprezava categoricamente. Tanto a nobreza quanto o clero consideravam vil exercer atividades que lembrassem a condição inferior do homem, e isso não vinha de nenhum exercício filosófico.

A tripartição da sociedade (clero – *oratores*; nobreza – *bellatores*; povo – *laboratores*) funcionou como uma ideologia da classe dominante – clero e nobreza – que relegava todo aspecto produtivo ao “povo”. Isso é evidente, pois “como Adão, após a falta, eles (o povo) estão condenados ao trabalho forçado, à ‘condição servil’” (DUBY, 1982, p. 182). Dessa forma, “o trabalho é o comum destino de todos os homens que não são guerreiros nem padres” (DUBY, 1982, p. 183).

Esse esquema tripartido da sociedade é formulado por volta dos séculos XI e XII, quando se fizeram sentir progressos agrícolas. Logo, era necessário estabelecer quem deveria trabalhar, quem deveria zelar pela paz interna e defender a cristandade dos inimigos externos (nobres) e, finalmente, quem deveria salvar as almas (clero). Assim:

é pois uma elite econômica, a que está à frente do progresso agrícola da Cristandade, entre o século IX e o século XII, e constitui a terceira ordem do esquema tripartido. Este esquema, que exprime uma imagem consagrada, sublimada da sociedade, não agrupa a totalidade das categorias sociais, mas apenas as que são dignas de exprimir os valores sociais fundamentais: valor religioso, valor militar e, o que é novidade na Cristandade medieval, valor econômico. Até no campo de trabalho a sociedade medieval, a nível cultural e ideológico, permanece uma sociedade aristocrática. (LE GOFF, 1980, p. 82).

Isso não significou que trabalhar tenha ascendido a uma posição superior em relação à Antiguidade Clássica. Muito pelo contrário, os *laboratores* (não vamos esquecer da etimologia da palavra) aparecem no vocabulário associados a palavras como *agricolae* e *rustici*, isto é, completamente ligados ao trabalho com a terra. O lento avanço dos comerciantes e a introdução da moeda numa economia essencialmente de troca fazem com que se possa pensar essa nova categoria, entretanto o desprezo pelas atividades ligadas ao dinheiro se acentuou. A condenação da usura e da cupidez por parte da Igreja aumentou a desconfiança voltada para quem trabalhasse e ganhasse dinheiro com isso, um velho tabu,

tabu do dinheiro, que representou papel importante na luta das sociedades que viviam num quadro de economia natural contra a invasão da economia monetária. Este terror perante a moeda de metal precioso anima as maldições contra o dinheiro dos teólogos medievais (...) e estimula a hostilidade para com os mercadores, sobretudo atacados como usurários ou cambistas e, mais geralmente, para com todos os que lidam com dinheiro e para com todos assalariados agrupados sob a designação de mercenários. (LE GOFF, 1980, p. 88).

Essas condenações se fazem num quadro contrário ao da valorização do trabalho. A ascensão de determinadas categorias sociais numa sociedade que se vê imóvel instiga uma ideologia de desprezo do trabalho, colocando essas novas categorias de volta no lugar comum dos laboratores. Assim, devemos ter em conta que “a mentalidade das classes dominantes é antitécnica. Durante a maior parte da Idade Média, até o século XIII, e mesmo, em menor medida, depois deste, a ferramenta, o instrumento e o trabalho, nos seus aspectos técnicos, não aparecem na literatura e na arte senão como símbolos” (LE GOFF, 1983, p. 246).

Essa mentalidade nos aponta que a noção de trabalho está presa, em primeiro lugar, à noção de punição; trabalhar, nas regras beneditinas, por exemplo, significa fazer penitência. Dessa forma, para o “povo existe um peso sobre seus ombros: peso da carne – procriação, e o homem não procria sem pecado. O pecado é a fonte da desigualdade, e são os mecanismos carnis da geração que criam os ‘gêneros’, distribuem os laicos, hereditariamente, pelas diversas condições sociais” (DUBY, 1982, p. 189). Podemos, então, compreender que:

a divisão classista e a opressão senhorial acham-se assim justificadas pela desigualdade proveniente do impuro. Todavia, a impureza profunda dos trabalhadores que suam, que cheiram mal e se acasalam como o gado pode ser redimida pelo sofrimento físico, tal como o guerreiro, que faz o amor de maneira menos grosseira e que mata não porcos, mas homens, pode redimir as suas máculas menos graves oferecendo a sua vida pela boa causa (Igreja). Uma coisa é certa: o nosso universo, terrestre, não pode passar sem homens de armas nem homens de sofrimento. (DUBY, 1982, p. 189)



Figura 06 - Xilografia representando uma cervejaria medieval.

Essa ideologia comentada por Duby (1982) traduz o sentimento que se tinha em relação ao trabalho, sendo formulada principalmente na Igreja. Porém, em segundo lugar, a nobreza devota um grande desprezo pelo trabalho, de qualquer natureza, pela sua própria posição: são guerreiros antes de tudo, e isso quer dizer que a forma de se adquirir riquezas é através de conquistas, pilhagens ou doações. As exações que retiravam dos servos serviam para a manutenção das pequenas cortes feudais, ou seja, o senhor e seu séquito, e não tinham nenhum caráter de troca ou enriquecimento. Usando uma palavra mais contemporânea, diríamos que a exploração da terra tinha objetivo logístico, isto é, fornecer elementos necessários para que o senhor pudesse fazer a guerra.

Dessa forma, em terceiro lugar, os que laboravam não constituíram nenhuma ideologia ou representações contrárias às da classe dominante. Aliás,

na categoria das transações, que supõem um contradição economicamente equivalente ao dom, encontramos um outro fato desconcertante. Trata-se da categoria que, de acordo com nossas concepções, deveria praticamente confundir-se com o comércio. Não é nada disso. Ocasionalmente, a troca se traduz pelo vaivém de um objeto rigorosamente idêntico entre os parceiros, o que tira assim da transação toda finalidade ou toda significação econômica imaginável! O simples fato de um porco voltar a seu doador, mesmo por via indireta, troca de equivalentes, em vez de orientar-se na direção da racionalidade econômica, demonstra ser uma garantia contra a intrusão de considerações utilitárias. A única finalidade da troca é estreitar a rede de relações reforçando os laços de reciprocidade. (MALINOWSKI apud LE GOFF, 1989, p. 19).

Assim, o sentido dado tradicionalmente à economia de troca perde seu caráter utilitarista, apontando-nos justamente o contrário a uma ideologia popular face à ideologia da classe dominante. Quer dizer, as pessoas comuns não apenas comungam da ideia de que o trabalho é vil, como praticam meios para se furtar à condição de assalariado.

Entretanto, como foi possível, dentro desse universo contrário ao trabalho, ocorrer uma modificação tão violenta que tornou possível o capitalismo? O papel que o comerciante começa a desempenhar, principalmente a partir do século XII, é revelador, tanto que:

na França do Norte, se intensificam então todas as formas de troca, que as feiras champanhesas conhecem impetuoso êxito (...). O dinheiro torna-se qual fantasma no espírito dos senhores que receiam não possuir o bastante para manter sua categoria, e no espírito dos camponeses que não sabem onde esconder seu magro pé-de-meia. Invasão, infecção da sociedade pelo dinheiro. (DUBY, 1982, p. 349).

A ascensão dos mercadores liga-se diretamente às novas necessidades das classes dominantes e, citando novamente Duby, vemos que

o príncipe não pode passar sem ele (dinheiro). Primeiramente, o *Diálogo do Juiz di-lo* de maneira clara: para dar. Porque toda a prodigalidade requer agora que se tire dinheiro do cofre. Depois para conduzir a guerra: ninguém a faz já sem amuralhar as fortalezas, sem adquirir as armas modernas, ao pé das quais as antigas são ridículas, e que custam cada vez mais caro, sem falar na contratação de mercenários que exigem cada vez mais ganhos; há que abastecer os vassallos com novas montadas. (DUBY, 1982, p. 350).

Enfim “a menor decisão política gera lancinantes preocupações financeiras”. Portanto,

a importância do terceiro ‘ pilar’ do Estado não deixa de crescer ‘vilões’ que não deviam orar nem combater (...). Ao lado do príncipe, a terceira função mudou. Deixou de ser função de *labor*, é principalmente de *negotium* (negar o ócio). O negócio: um trabalho, negação certamente da ociosidade e do desinteresse que convêm aos nobres, mas contudo liberto dessa maldição que pesa sobre o esforço físico, sobre o esforço dos braços e das mãos. A função negociadora torna-se a mais útil das três que, pelo incremento econômico, estão mais estreitamente ligadas ao serviço do Estado e que vemos no palácio, domesticadas pelo salário, pelo interesse, pelo dinheiro. (DUBY, 1982, p. 350).

Nesse sentido, os comerciantes devem, em grande parte, à nobreza e ao alto clero a sua ascensão social. À nobreza, pelo comércio de luxo, e ao outro, pelas construções de catedrais. Com efeito, “no início do século XIV, o mercador era sempre, essencialmente, um vendedor de produtos excepcionais, raros, luxuosos, exóticos; na realidade, a maior procura destes produtos pelas categorias superiores provocava o aumento do número e da importância dos comerciantes” (LE GOFF, 1983, p. 306).

Assim, lentamente, os comerciantes ascendem à cena social se destacando do terceiro estado, do povo, criando junto com as suas atividades toda uma nova tecnologia para os negócios. Novas formas de contabilidade, bancos, letras de câmbio etc. favoreceram o desenvolvimento dessa nova classe.

Devemos lembrar também que foram necessárias modificações na estrutura mental. Novos tempos. A Igreja descobre a intenção, tanto que “do final do século XI ao início do século XIII, a concepção de pecado e de penitência muda profundamente, se espiritualiza, se interioriza. De agora em diante, a gravidade do pecado é medida pela intenção do pecador” (LE GOFF, 1989, p. 11). A descoberta da intenção permite aos mercadores, principalmente aos que emprestavam dinheiro a juros, certa tranquilidade nos seus negócios, pois pela intenção pode-se medir a extensão do pecado, ou seja, de um ato exterior à vontade do indivíduo. Quando se pensava que o pecador era tentado, passa-se a um ato de intenção, “assim, a má intenção implica a condenação apenas dos mercadores que agem por cupidez – *ex cupiditate* –, por amor do lucro – *lucri causa*. Isto é deixar campo livre às ‘boas intenções’, quer dizer, a todas as camuflagens. Os processos de intenção são um primeiro passo

na via da tolerância" (LE GOFF, 1980, p. 91). Com essa lenta modificação, libera-se das amarras o desenvolvimento de uma economia monetária, permitindo o surgimento de uma nova classe: a burguesia.

Com o crescimento dos mercadores há também o crescimento urbano e das profissões ligadas essencialmente às cidades. Cria-se, então, um círculo de crescimento econômico fora das atividades dos senhorios e que aos poucos se torna independente destes. As oficinas urbanas recebem cada vez mais um número maior de jornaleiros (trabalhadores por jornada) vindos do campo à procura de melhores condições, ou até mesmo expulsos por um processo de concentração de terras, inaugurando um novo ciclo econômico. De fato,

quem parece lucrar mais com esta evolução da economia monetária são os mercadores. É um fato que o desenvolvimento urbano, cujos principais beneficiários são eles, está ligado aos progressos da economia monetária e que a 'ascensão da burguesia' representa o aparecimento de uma classe social cujo poderio econômico assenta mais no dinheiro que na terra. (LE GOFF, 1983, p. 305-306).



Figura 07 - O líder dos Luditas. Publicado em maio de 1812 por Mess, Walker and Knight.

SEÇÃO 3

O NASCIMENTO DAS FÁBRICAS*

O desenvolvimento urbano e a ascensão social da burguesia favoreceram o incremento da produção artesanal. No campo, por sua vez, modificações profundas acontecem, motivadas principalmente pela aquisição de terras por parte da burguesia junto à nobreza endividada, o que permite o aparecimento de novas relações no campo. De fato,

a organização do trabalho, pelo menos nos grandes centros têxteis, assinala nitidamente este império do mercador de panos ou de sedas sobre o conjunto das operações industriais. Ele comprava as matérias-primas e ficava proprietário delas ao longo e em todos os estádios da fabricação, até o momento em que o produto tecido, ornado e tingido era finalmente vendido na sua própria loja ou, a seu cargo, nas feiras e nas cidades estrangeiras. Durante todo este tempo, o mercador-fabricante de panos decidia sozinho a marcha do trabalho: confiava a lã às escolhedoras, depois às penteadoras, às fiandeiras... Seleccionava e recrutava a sua própria mão de obra para cada trabalho e, concluído este, voltava a apoderar-se da lã, do fio, do urdume ou do tecido, continuando assim senhor da marcha da empresa, do ritmo do trabalho, dos custos e dos homens. (HEERS, 1988, p. 87).

Esse controle do mercador permite dissociar o produtor do produto e também dos meios de produção (CONTE, 1979, p. 74), estabelecendo o controle do ritmo da produção. Isso é fundamental, pois o ritmo significa tempo de trabalho, e esta é a grande revolução operada nos séculos XIV e XV. Sem ela não teríamos a ampliação da produção e muito menos o capitalismo. Portanto, "quando pensamos o desenvolvimento da ordem burguesa no seio da sociedade feudal, logo imaginamos a *instituição* do mercado como esfera universalisante e universalizadora de uma *nova ordem* que se impõe" e, com efeito,

essa imposição de normas e valores por um determinado setor da sociedade pode ser percebida decisivamente quando tomamos a noção de tempo útil, produzida pela ampliação da esfera do mercado e que não só disciplina a classe burguesa como também procura se introjetar no âmbito da gente trabalhadora (...). 'Utilize cada um dos minutos como a coisa mais preciosa. E empregue-os todos no seu dever'. Pregações desse tipo ou aquelas em que o tempo se relaciona com o dinheiro nos mostram todo o artefato moral de uma classe de mercadores que se impõe a si mesma os critérios de sua identificação. (DE DECCA, 1982, p. 15).

* Repito o título do livro de Edgar De Decca, *O Nascimento das fábricas* (São Paulo: Brasiliense), no qual é descrito o processo que leva à constituição das fábricas modernas, iniciado por volta do século XVI.

Aos poucos os “dadores” de trabalho se impõem criando o sistema de trabalho a domicílio (*putting-out system*). Entretanto, esse sistema não impedia que o trabalhador continuasse a manter o controle sobre a produção, além de muitos também manterem os instrumentos de trabalho, por isso o sistema de fábrica surge como solução para esse problema, já que a lógica temporal do capitalismo é diferente de quem trabalha:

a reunião dos trabalhadores na fábrica não se deveu a nenhum avanço das técnicas de produção. Pelo contrário, o que estava em jogo era justamente um alargamento do controle e do poder por parte do capitalista sobre o conjunto de trabalhadores que ainda detinham os conhecimentos técnicos e impunham a dinâmica do processo produtivo. (DE DECCA, 1982, p. 22).

Essa dinâmica estava fortemente ligada aos tabus que pesavam sobre o labor, sobre o dinheiro e sobre o tempo. Logo,

o sistema de fábrica representou, justamente, a perda desse controle pelos trabalhadores domésticos. Na fábrica, a hierarquia, a disciplina, a vigilância e outras formas de controle tornaram-se tangíveis a tal ponto que os trabalhadores acabaram por se submeter a um regime de trabalho ditado pelas normas dos mestres e contramestres, o que representou, em última instância, o domínio do capitalista sobre o processo de trabalho. (DE DECCA, 1982, p. 24).

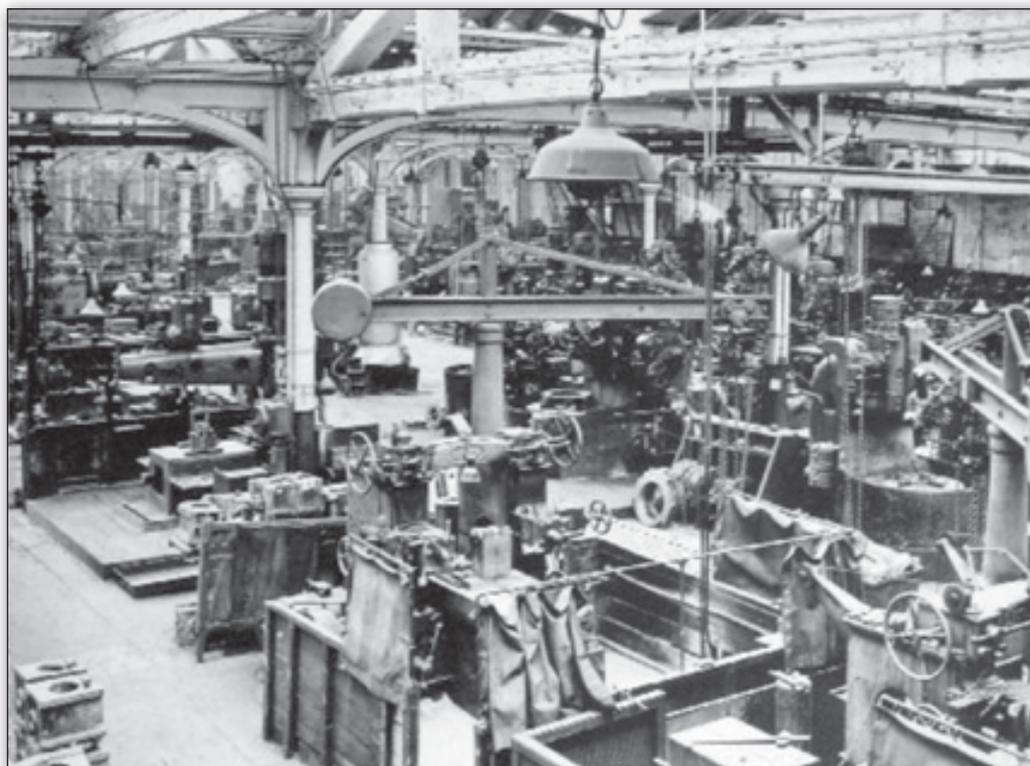


Figura 08 - Fábrica de máquinas, Cowlairs Works. Glasgow Digital Library, <http://gdl.cdlr.strath.ac.uk>

Assistimos aqui ao nascimento do capitalismo comercial. A associação dos grandes burgueses com as realezas permite o surgimento dos monopólios comerciais e das empresas coloniais. É nesse momento que o Brasil é introduzido no quadro econômico e político europeu.

Porém esse controle sobre o trabalho não é tranquilo. A resistência dos trabalhadores em ceder o seu tempo para os “dadores” de trabalho é muito grande, mesmo porque trabalhar ainda não tinha sido alçado a uma condição superior. Somente os burgueses viam nessa condição uma forma de alcançar algum status social. Então, suas promoções e exortações em torno do labor faziam-no parecer uma atividade natural do ser humano.

Entretanto, a resistência acirrada dos trabalhadores em relação ao ritmo de produção exigido pelo capitalismo impedia, em parte, a empreitada colonial, pois as companhias de comércio não conseguiam recrutar mão de obra suficiente para a exploração das colônias, como é o caso do plantio e da extração da cana-de-açúcar no Brasil. Dessa forma, a solução encontrada foi a escravidão.

De início, vamos encontrá-la muito difundida no mundo islâmico e, em seguida, na própria África, onde tribos vencedoras de guerras locais vendiam os prisioneiros para mercadores mulçumanos. A chegada dos portugueses trouxe mais um concorrente para esses mercadores e logo é estabelecido monopólio português sobre o tráfico de escravos.

A Coroa portuguesa, a partir desse monopólio, proibiu o tráfico interno de escravos nas suas colônias, especialmente no Brasil. Os colonos estavam proibidos de escravizar indígenas porque concorreriam com o monopólio real. De qualquer maneira, a escravidão permitiu “nas áreas coloniais a *concentração de trabalhadores destituídos de meios de produção e expropriados de qualquer saber técnico*” (DE DECCA, 1982, p. 43), sendo que essa forma

apareceu como a organização de trabalho mais eficiente para se levar a cabo os interesses do lucro capitalista, e ali também a figura do empresário se tornou imprescindível para o processo de produção. Disciplina, ordem, hierarquia, foram elementos sempre presentes durante todo o período em que se desenrolou a produção colonial, e o capitalista, na busca de maiores lucros, se transformou em elemento central para a organização do trabalho. (DE DECCA, 1982, p. 43).

Nesse sentido, enquanto na Europa dos séculos XVI e XVII se tenta quebrar a resistência dos trabalhadores em relação à produção, assistimos numa área periférica do capitalismo ao nascimento do sistema de produção

fábrica. Devemos, pois, considerar que a escravidão não se deu por acidente no percurso da expansão europeia, muito menos aconteceu porque os homens daquele tempo eram menos esclarecidos ou desconheciam o sistema de assalariamento. A escravidão na Era Moderna, diferentemente da escravidão na Antiguidade Clássica, surge como solução para o problema da empresa colonial que não encontrava braços para o seu estabelecimento.

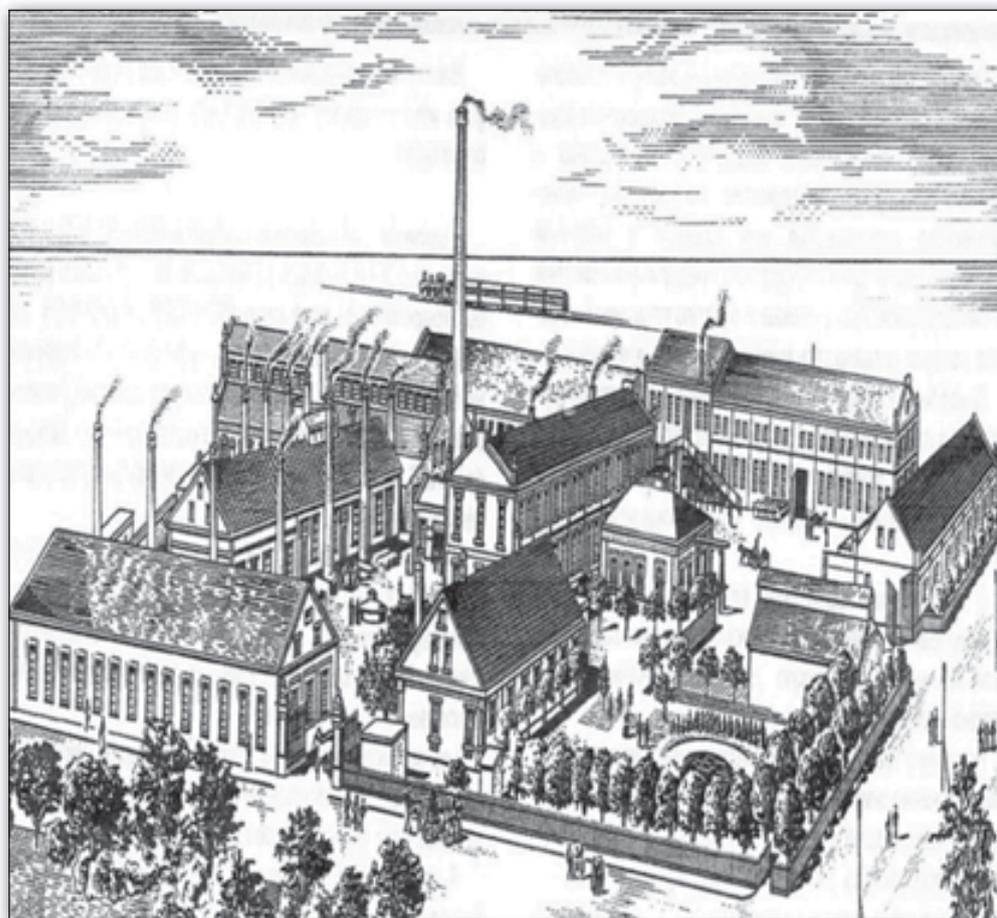


Figura 09 - Gravura da fábrica de Klassen & Co., 1880 (Ucrânia).

O ingresso da colônia portuguesa num sistema econômico mundial não se fez pela porta dos fundos. Os engenhos de açúcar eram, no sentido moderno, fábricas já que possuíam os elementos necessários para que formas de trabalho se impusessem como necessárias e fundamentais. A contradição entre a necessidade do trabalho no sentido capitalista e as formas de produção ainda presas a mitos como o pecado original era exposta pelo escravismo, que foi a solução nas franjas do capitalismo.

Enquanto isso, na Europa, o processo capitalista avançava lentamente. A introjeção da utilidade do trabalho ganhava adeptos e ele era colocado como a grande solução para a vadiagem, a criminalidade,

a prostituição, isto é, começa a aparecer toda uma moral em torno do trabalho como de utilidade social e individual, ou melhor, a sua promoção dentro da sociedade. A figura do capitalista torna-se indispensável para a produção e com ele surge uma casta de técnicos que, aos poucos, aprimoram o processo produtivo. Daí é um passo para a Revolução Industrial.

Entretanto, era necessário acabar com antigos tabus. Cada vez mais apareciam exortações morais que buscavam apagar as antigas e introduzir novas imagens sobre o trabalho. Trabalhar é cada vez mais associado ao processo natural, ou melhor, trabalhar faz parte da natureza humana: assim como os animais se alimentam, o homem deve fazê-lo pelo esforço laboral.

O que preside o processo de labor e todos os processos de trabalho executados à maneira do labor não é o esforço intencional do homem nem o produto que ele possa desejar, mas o próprio movimento do processo e o ritmo que este impõe aos operários. Os utensílios do labor aderem a este ritmo até que o corpo e o instrumento passam a agitar-se no mesmo movimento repetitivo, isto é, até que, no uso das máquinas – que, entre todos os utensílios, melhor se adaptam à *performance* do *animal laborans* – já não é o movimento do corpo que determina o movimento do utensílio, mas sim o movimento da máquina que impõe os movimentos do corpo. O fato é que nada pode ser mais facilmente e menos artificialmente mecanizado que o ritmo do processo do labor que, por sua vez, corresponde ao ritmo repetitivo do processo vital, igualmente automático, e do metabolismo da vida com a natureza. (ARENDR, 1983, p. 159).

Logo, não é à toa que o processo produtivo e a sua aceleração ocorrem concomitantemente com o avanço das ciências naturais até chegar ao ponto de a origem do homem ser absolutamente ligada à natureza, o que também “naturaliza” as ações humanas. Ou melhor, o homem se torna completamente natural, como se os fatos culturais fossem construídos pelas diferenças geográficas e étnicas, assim como a própria sociedade. Não haveria deliberação por parte do homem em construir a vida social, ele apenas estaria cumprindo a sua natureza.

Nessa escala os objetos fabricados se tornam também efêmeros, não são mais feitos para durar, mas para desaparecerem após algum tempo. A própria cidade, que na Antiguidade Clássica era feita para durar, modifica-se tão rapidamente que ao cabo de alguns anos mal podemos reconhecê-la como a mesma.

Assim posto, o universo do labor é imposto como natural, portanto

necessário, isto é, inescapável, e a sua recusa é a recusa da própria natureza humana. Se antes o homem era ligado a forças extramundo, portanto não naturais, podendo fugir da sua condição terrena, agora, naturalizado, ele não pode escapar à condição do labor, não pode escapar da sua própria natureza ou, ainda, de sua animalidade e do labor. Trabalhar, então, transforma-se em um fator determinante de humanização e a sua recusa é antinatural.

Dessa forma, concordamos com Edgar De Decca (1982, p. 8), quando ele afirma que “a dimensão crucial dessa glorificação do trabalho encontrou suporte definitivo no surgimento da fábrica mecanizada, que se tornou a expressão suprema dessa utopia realizada, alimentando, inclusive, as novas ilusões de que a partir dela não há limites para a produtividade humana”.

Na nossa sociedade todas as questões em torno do trabalho desapareceram para naturalizá-lo. Podemos chama essa nova configuração de dessacralização da vida, já que a origem dos seres humanos faz parte do processo vital do próprio planeta. Se do ponto de vista da religião o homem é um ser à parte da natureza, com a sua inclusão no processo vital ele passa a ter como objetivo a manutenção da vida, e isso ultrapassa a condição individual. Segundo Arendt,

o último estágio de uma sociedade de operários, que é a sociedade de detentores de empregos, requer de seus membros um funcionamento puramente automático, como se a vida individual realmente houvesse sido afogada no processo vital da espécie, e a única decisão ativa exigida do indivíduo fosse deixar-se levar, por assim dizer, abandonar sua individualidade, as dores e as penas de viver ainda sentidas individualmente, e aquiescer num tipo funcional de conduta entorpecida e ‘tranquilizada’ (...). É perfeitamente concebível que a era moderna (...) venha a terminar na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu. (ARENDR, 1983, p. 335-336).

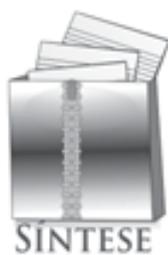
Para nos livrar do desconforto do processo vital, que é o nosso labor, são desenvolvidas em nossa sociedade tecnologias de um hedonismo mitigado. A indústria do lazer, os aparelhos de conforto que formam as nossas residências, técnicas psicológicas aplicadas no trabalho servem mais como anteparo dos conflitos individuais do que formas de elevar a vida a uma condição superior. E, com efeito, são tecnologias que dessacralizadas representam toda a mundanidade da vida, isto é, viver está indissociavelmente ligado a um processo natural.

Outro aspecto hedonista são as formas de conforto que se instalam no processo produtivo. A ergonomia surge como uma tecnologia que visa a atender a relação entre o homem e a máquina. Ela cria uma ciência biomecânica, ou seja, uma forma de saber que estabelece uma correlação imediata e otimizada entre organismos e máquinas.

A ergonomia, de início, visa a eliminar a distância temporal entre pensamento e ação, aprimorando a relação homem-máquina até o ponto de supressão dessa distância. Isso modifica, na nossa sociedade, as relações tradicionais entre tempo e espaço, pois a tendência é a constante diminuição do tempo em relação ao espaço percorrido. Cada vez mais rápido; mais veloz. Hoje cronometramos movimentos em milésimos de segundo. A ciência biomecânica (consideramos que várias disciplinas compõem esta ciência, tais como a biologia, a psicologia, a sociologia, a física, a medicina, a antropologia, enfim, todas aquelas que têm como tema principal o corpo e seu funcionamento) estipula o lugar do ser humano no mundo a partir de uma concepção de natureza que vem se estabelecendo desde finais do século XVIII.

O processo fabril só pôde acontecer pelas graves modificações que a própria concepção de ser sofreu nestes últimos séculos. Porém não devemos dizer que esse foi um ato de vontade deste ou daquele grupo ou classe. Antes de ser uma intencionalidade, a configuração do processo vital é resultado de forças que se enfrentaram ao longo dos últimos cinco séculos.

A Revolução Industrial foi, num sentido, um processo de "naturalização" do ser humano e a sua inclusão em procedimentos de produção que se assemelha ao metabolismo. Produzimos para a manutenção da vida e vivemos para produzir. Esse é o impacto da industrialização na nossa vida.



Vimos nesta unidade como o mundo do trabalho se constituiu. Procuramos uma abordagem que não apenas trouxesse novos elementos, mas que apresentasse as consequências da ordem industrial no mundo contemporâneo. Tal abordagem ultrapassa as visões tradicionais da historiografia que colocam a Revolução Industrial como uma simples etapa na história humana, como se o evento fosse natural.

Se encararmos o evento da forma tradicional, perderemos a perspectiva das modificações na forma de compreender a própria vida humana. E, com efeito, o sistema fabril é vencedor não porque impôs a sua ideologia e convenceu seres humanos incautos de que esta era a única forma de produzir. Ele se torna vencedor porque faz parte de uma nova configuração social.

Assim, ao compararmos a nossa forma de organização fabril e a nossa noção de trabalho com a Antiguidade Clássica e a Idade Média, percebemos a distância entre as nossas civilizações. Enquanto o trabalho esteve ligado ao mundo da necessidade, na Antiguidade, era desprezado. No período medieval ele passou a ser visto como uma forma de punição, sendo também desprezado.

A sua ascensão no período moderno está ligada a novas formas de compreender o ser humano, especialmente com o crescimento da burguesia em finais do medievo. Essa classe, antes de ser a mentora das mudanças, é a receptora de novas compreensões sobre o ser. Adota rapidamente novas moralidades e as pratica. O poder monetário foi o grande veículo dessas novas modalidades de compreensão da vida que terminam por moralizar o mundo do trabalho, tornando-o parte do processo vital ao ponto de termos uma disciplina para cuidar do conforto no trabalho, a ergonomia.

Portanto, devemos ter em conta esse processo quando queremos compreender a industrialização e a vida moderna.



Leia o artigo de Ricardo Antunes e Giovanni Alves, **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**, para perceber como os processos iniciados nos primórdios do capitalismo ainda são fundamentais na sociedade. {Educação e Sociedade – www.scielo.br} [online]. 2004, vol.25, n.87, pp. 335-351. ISSN 0101-7330. doi: 10.1590/S0101-73302004000200003.}



Leia o livro **Costumes em comum**, de Edward P. Thompson (Companhia das Letras, 1998) e faça uma resenha, associando o conteúdo deste material de História Contemporânea I com as ideias e conclusões apresentadas no livro.

